



MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

Centro de Apoio Operacional
Pessoa com Deficiência

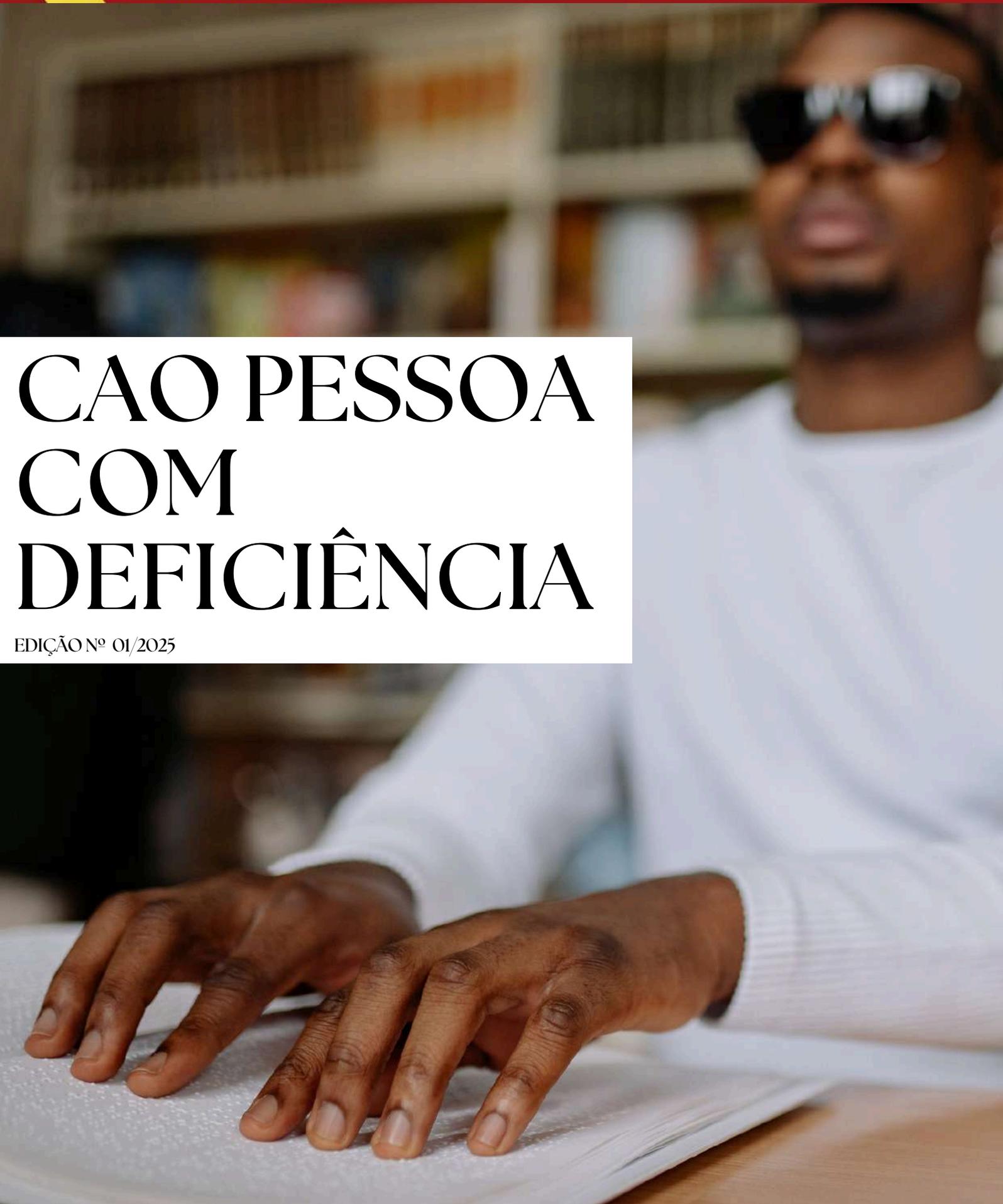
BOLETIM

INFORMATIVO

✉ cao.pessoacomdeficiencia@mpmt.mp.br

CAO PESSOA COM DEFICIÊNCIA

EDIÇÃO Nº 01/2025



SUMÁRIO

1. ATUAÇÃO DO MPMT
2. MINISTÉRIO PÚBLICO
3. TRIBUNAL DE JUSTIÇA
4. NOVIDADES LEGISLATIVAS
5. MOMENTO INCLUSÃO



Dra. Daniele Crema da Rocha de Souza

Promotora de Justiça e Coordenadora do CAO Pessoa com Deficiência

Dr. Wellington Petrolini Molitor

Promotor de Justiça e Coordenador-Adjunto do CAO Pessoa com Deficiência

Gabrielly Maria Aleknovic da Cunha

Auxiliar Ministerial

Kamila Valeria Reis Marques

Residente Jurídico

EQUIPE

01 ATUAÇÃO DO MPMT

Promotoria de Justiça destina quase R\$ 5 milhões para Apae

No Dia Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes), a unidade de São Félix do Araguaia (a 1.200km de Cuiabá) comemora o recebimento de R\$ 4,95 milhões de recursos oriundos do Ministério Público de Mato Grosso, destinados via projetos cadastrados no Banco de Projetos e Entidades (Bapre). Somente nos últimos meses, foram investidos R\$ 221 mil na qualificação dos profissionais da educação para atendimento a crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), construção de três salas de aula inclusivas para crianças com TEA e reforma do edifício sede da Apae no município.

Segundo a presidente da associação, Maíra Gomes Pequeno, com esse apoio, a unidade está se reerguendo estruturalmente, uma vez que o prédio se encontrava em estado de abandono e totalmente inadequado para quaisquer atendimentos. “Após esta reforma, a Apae conseguirá realizar contratações de profissionais especializados, aprimorar os atendimentos e ampliar os serviços a serem futuramente oferecidos, proporcionando mais oportunidades de inclusão social, educação e cuidado. Além disso, essa contribuição ajuda a garantir que a Apae possa ser um ponto de referência para a comunidade, promovendo não apenas o acolhimento, mas também o desenvolvimento integral das pessoas com deficiência”, acrescentou.

De acordo com o promotor de Justiça substituto Marco Antonio Prado Nogueira Perroni, os recursos são provenientes de Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) firmados pela Promotoria de Justiça de São Félix do Araguaia, grande parte na esfera ambiental. “Com a recuperação de recursos financeiros por meio de acordos relacionados a danos ambientais, estamos promovendo a reparação e compensação ao meio ambiente e, ao mesmo tempo, contribuindo para causas sociais relevantes. Ao investirmos parte desses recursos na Apae, estamos melhorando a qualidade de vida de pessoas em situação de vulnerabilidade, promovendo justiça e cidadania”, argumentou.

A Apae é uma organização sem fins lucrativos que atua no atendimento a crianças com deficiência, oferecendo educação, reabilitação e assistência social. A unidade de São Félix do Araguaia estava sem funcionar há cerca de sete anos. Com os recursos provenientes de acordos de danos ambientais, a instituição irá retomar as atividades, ampliar os serviços ofertados, garantir infraestrutura adequada para os atendimentos, melhorar a capacitação dos profissionais e promover a inclusão social de crianças e adolescentes com deficiência.

Suporte do Município - No início de dezembro, a Promotoria de Justiça de São Félix do Araguaia celebrou Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Município que, entre os compromissos firmados, estabeleceu a cessão de profissionais do quadro próprio e terceirizado da prefeitura para a Apae, assim que a associação começar a funcionar. Serão cedidos pedagogos, professores, assistentes sociais, nutricionista, enfermeiro (a), técnico (a) de enfermagem, monitores, vigias, recepcionistas, auxiliares de serviços gerais, cozinheira, entre outros profissionais.



02 MINISTÉRIO PÚBLICO

MPF

MPF entra com ação para garantir recursos de acessibilidade em plataformas de streaming no Brasil

Para o cumprimento das medidas por parte das 8 plataformas de streaming acionadas, deve ser utilizado, por analogia, o disposto na Instrução Normativa nº 165, de 29 de setembro de 2022, da Ancine

MPF atua em defesa dos direitos das pessoas com deficiência em Rondônia

Levantamento de atuação do órgão nos últimos dez anos mostra resultados no desafio da inclusão e da acessibilidade

MPCE

Decon multa Hapvida em mais de R\$ 9 milhões por falta de acessibilidade nos banheiros do Hospital Antônio Prudente na capital

O processo foi aberto a partir de uma denúncia feita pela filha de uma paciente idosa, que sofreu uma queda nas instalações do banheiro da referida unidade hospitalar. Após a denúncia, o Decon, junto com o Núcleo de Apoio Técnico (Natec) do MP do Ceará, realizou uma fiscalização no local.

Recomendação do Decon alerta escolas particulares sobre cumprimento de legislação nas matrículas, cobrança de material escolar e acessibilidade

A matrícula para estudantes com deficiência deve ser feita antes do período regular para os demais alunos. Além disso, a escola deve ter um plano pedagógico com atendimento especializado, disponibilizar serviços e adaptações necessárias e equipe especializada em educação inclusiva.

MPPI

Promotora de Justiça do MPPI ministra palestra para integrantes do TRF-2 sobre capacitismo

A promotora explicou que o capacitismo consiste no preconceito e discriminação contra pessoas com deficiência, subestimando suas capacidades e aptidões em razão de suas deficiências.

MPMA

MPMA realiza “Projeto Conselho Atuante” para políticas voltadas a pessoas com deficiência

Evento realizado como parte das ações do “Projeto Conselho Atuante: a atuação do Conselho na efetivação de políticas públicas voltadas para as pessoas com deficiência”.

MPMA: Violência contra mulher com deficiência é tema de seminário

Realizado o II Seminário da Rede Estadual de enfrentamento à violência à pessoa com deficiência (Revdef), com o tema “Quebrando o Silêncio: o papel dos órgãos públicos no enfrentamento à violência de mulheres e meninas com deficiência”.

MPTO

Com participação de integrantes do MPTO, seminário debate mercado de trabalho para pessoas com deficiência

Em apoio a iniciativas voltadas à inclusão, o Ministério Público do Tocantins (MPTO) integrou a programação do seminário “O poder da diversidade e da acessibilidade no ambiente corporativo”.

03 TRIBUNAIS DE JUSTIÇA

TJMT

2º Encontro de Acessibilidade amplia debates para ações de acolhimento de pessoas com deficiência

Ao reunir todos os agentes envolvidos na promoção da acessibilidade, o TJMT reforçou o propósito de conscientizar e discutir ações concretas que garantam que as Pessoas com Deficiência tenham igualdade de acesso e participação no sistema judiciário.

“Precisamos tratar essa temática para orientação dos magistrados e servidores, pois isso vai de encontro com os anseios da sociedade que estão aflitos e precisam de acolhimento. Temos legislação específica aprovada pelo Congresso Nacional, resolução do CNJ, leis aprovadas pela Assembleia garantindo os direitos e precisamos reforçar esse trabalho”, destacou a presidente da Comissão de Acessibilidade e Inclusão, desembargadora Nilza Maria Pôssas de Carvalho.

TJDFT

TJDFT mantém condenação de hotel por falta de acessibilidade a hóspede com deficiência

A 3ª Turma Cível do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) manteve a condenação de um hotel que deverá indenizar um hóspede com deficiência devido à falta de acessibilidade em suas instalações.

O hóspede, que possui tetraplegia, reservou hospedagem para o período de 13 a 17 de março de 2023, solicitou um quarto adaptado e a disponibilização de uma cadeira de banho adequada. Antes da estadia, entrou em contato com o hotel para garantir a disponibilidade da cadeira e foi informado que a solicitação poderia ser feita no momento do check-in.

Ao chegar ao hotel, recebeu uma cadeira de banho sem braços laterais e com altura inadequada para o uso do vaso sanitário. Mesmo após relatar o problema à recepção, nenhuma providência foi tomada. O hóspede alegou que a situação o impediu de realizar suas necessidades fisiológicas, o que causou incômodo e desconforto durante toda a estadia.

TJAP

Justiça do Amapá reúne entidades representativas para tratar de acessibilidade no transporte público

A reunião foi conduzida pelo juiz Paulo Madeira, por ser em sua unidade o trâmite da Ação Civil Pública nº 0009559-90.2018.8.03.0001, que visa melhorar a acessibilidade no transporte público para deficientes físicos. O magistrado já determinou que o sistema deve ser adequado para atender às necessidades desses usuários.

A Ação foi ajuizada pelo MP-AP e a promotora de Justiça, Glaucia Crispino, presente na reunião, reforçou a importância de garantir melhor acessibilidade. Na oportunidade, os representantes puderam explicar as dificuldades e sugestões para que haja uma melhoria nos transportes públicos.

04 NOVIDADES LEGISLATIVAS

Comissão aprova dedução do IR de gastos com medicamentos para tratar autismo

Comissão aprova projeto que garante a pessoas com deficiência acesso à mediação e à arbitragem para solucionar conflitos

Comissão aprova sanções para empresa que descumprir normas de acessibilidade para pessoas com deficiência

Reforma tributária: texto aprovado prevê restrições à isenção fiscal para carros de pessoas com deficiência

Comissão aprova projeto que pune quem deixar de denunciar violência contra pessoa com deficiência

CAE aprova licença-maternidade maior para mãe de bebê com deficiência

Comissão aprova projeto que prioriza estudantes com deficiência no acesso a próteses

05 MOMENTO INCLUSÃO



Filme: Ray

Ray' é baseado na vida do famoso cantor e pianista cego Ray Charles, que perdeu a visão em decorrência de um glaucoma na infância. A impressionante atuação de Jamie Foxx foi agraciada com o Oscar de melhor ator em 2005. O filme também levou uma estatueta na categoria Melhor Mixagem de Som.



Filme: Extraordinário

Auggie Pullman (Jacob Tremblay) é um garoto que nasceu com uma deformação facial, o que fez com que passasse por 27 cirurgias plásticas. Aos 10 anos, ele pela primeira vez frequentará uma escola regular, como qualquer outra criança. Lá, precisa lidar com a sensação constante de ser sempre observado e avaliado por todos à sua volta.



Minissérie: Toda Luz Que Não Podemos Ver

A minissérie conta história de Marie-Laure, uma menina cega que é forçada a escapar de sua casa, na França, pela invasão alemã ao país na Segunda Guerra Mundial. Ela e seu pai, Daniel (Mark Ruffalo), fogem para a casa de um tio levam consigo um diamante inigualável, o qual faz com que um oficial nazista os persiga. Como forma de resistência, pai e filha fazem transmissões de rádio clandestinas.



Audiosérie: França e o Labirinto

Nelson França (Selton Mello) é um detetive particular. Por anos, ele colaborou com a polícia, inclusive na investigação que levou à captura de um célebre serial killer. Agora, décadas depois, uma nova vítima é encontrada, e França suspeita que os crimes estejam todos conectados. Essa nova perseguição vai levá-lo a um caminho repleto de fantasmas de seu próprio passado. E pode ser muito mais difícil sair de um labirinto quando se é completamente cego.



4 DE JANEIRO
DIA MUNDIAL DO

BRaille



MPMT

Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

CAO - PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Centro de Apoio Operacional
Procuradoria Geral de Justiça

65 3611-0600

www.mpmt.mp.br

Contato:

cao.pessoacomdeficiencia@mpmt.mp.br